

ACTA Nº 2**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA****SESSÃO ORDINÁRIA**

----- Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco, na sede da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, realizou-se a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- *1º Ponto – Discussão e Votação do Regimento da Assembleia de Freguesia* -----

----- *2º Ponto – Discussão e Votação do Orçamento para 2006* -----

----- *3º Ponto – Discussão e Votação das Opções do Plano* -----

----- *4º Ponto – Discussão e Votação de Taxas de Atestados e Confirmações* -----

----- *5º Ponto – Discussão e Aprovação de Adesão à Associação Nacional de Freguesias* --

----- *6º Ponto – Informação do Presidente da Junta de Freguesia* -----

À hora de abertura dos trabalhos estavam presentes os seguintes membros que compõem a Assembleia de Freguesia: -----

- António José Dias Canhoto – Presidente -----
- Liliana D'Assunção Gata Gaspar – 1ª Secretária -----
- Amândio Fernandes Pinto – 2º Secretário -----
- Henrique da Cunha Pereira -----
- José Fernando da Conceição Farinha Pereira -----
- Fernando de Matos Lopes -----
- Daniel Ferreira Gaspar -----
- Virgílio do Rosário Rafael -----
- Maria de Fátima Conde Búzio Mendes Duarte -----
- Carlos Jorge Raposo Costa -----
- João Ricardo Fernandes Frazão Moreira de Oliveira -----
- Pedro Miguel Nunes da Silva -----
- Manuel Nazaré Luís -----

----- Tendo sido enviadas para esta Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, convocatórias individuais aos membros que a compõem, foram também afixados editais, em tempo, nos lugares públicos da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, com o anúncio do dia, hora e local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos. -----

----- Em representação do órgão executivo da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, estiveram presentes: o Presidente Manuel Pereira Bilreiro, o Secretário José David da Silva Ribeiro e o Vogal Carlos Alberto Machado. -----

----- O Presidente deu início à reunião, cumprimentando os presentes e de imediato, deu a palavra à Sr^a Secretária Liliana Gaspar, a fim da mesma proceder à leitura da acta anterior. -----

----- O Presidente deu a palavra ao porta voz do Partido Socialista, que começou por dizer que em relação à hora do término da reunião anterior, não estava de acordo, uma vez que confirma que o mesmo se tinha efectuado, não pelas vinte e uma horas quarenta minutos, mas sim pelas vinte e duas horas e quarenta minutos. -----

----- Em seguida, o Presidente deu a palavra aos elementos da bancada do Bloco de Esquerda, os quais fazem questão que as futuras actas, venham a ter uma elaboração mais cuidada, em relação ao Português. -----

----- De imediato, o Presidente deu a palavra ao porta voz da Coligação Democrática Unitária, na pessoa do Sr. Manuel Nazaré Luís, o qual concordou com a mesma, desde que se façam as correcções já mencionadas pelos elementos anteriores. -----

----- Por fim, o Presidente deu a palavra ao porta voz da bancada do Partido Social Democrata, na pessoa do Sr. Pedro Silva, o qual concluiu que as correcções à referida acta já tinham sido enumeradas pelos elementos dos Partidos presentes. -----

----- Dando continuidade à reunião, o Presidente deu a palavra ao elemento do P.S., Sr. Matos Lopes, que apresentou à mesa uma proposta, a qual depois de lida, foi colocada à votação. -----

----- **Proposta:** Propõe-se que todos os pontos da Ordem de Trabalhos que careçam de uma votação final para que produzam os seus efeitos, devem iniciar a sua estatuição nos seguintes termos: -----

-1º PONTO – VOTAÇÃO DO REGIMENTO. -----

-2º PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. -----

-3º PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. -----

- 4º PONTO – VOTAÇÃO DE TAXAS. -----

- 5º PONTO – VOTAÇÃO DE ADESÃO. -----

Entroncamento, 20/12/2005. -----

Os elementos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de N. S^a de Fátima. -----

- Henrique Cunha -----

- José Fernando C. Farinha Pereira -----

- Fernando Matos Lopes -----

- Daniel Ferreira Gaspar -----

----- O Presidente deu a palavra ao elemento do P.S. Sr. Matos Lopes, o qual acrescentou que na ordem de trabalhos dos Editais, deverá constar “discussão e votação” e não “apreciação e votação”. -----

----- Em seguida o Presidente deu a palavra a outro elemento do P.S. na pessoa do Sr. Henrique da Cunha Pereira, o qual concordou com o que foi dito pelo seu colega de bancada. ---

----- Dando a palavra ao porta voz do P.S.D. na pessoa do Sr. Carlos Costa, o mesmo concorda que não se pode aprovar nada, sem que haja uma votação, contudo, não concordou que houvesse quaisquer alterações ao Edital, sendo este o seu ponto de vista, respeitando o dos outros-----

----- O Presidente em seguida deu a palavra ao porta voz da C.D.U., que afirmou que não se devia por nem “votação” nem “aprovação”, em virtude, de poder ser votada e não ser aprovada, achando porém que deveria ser apenas “votação” e, assim sendo, poderá ser aprovada ou não. --

----- Em seguida tomou a palavra o elemento da bancada do P.S., na pessoa do Sr. José Fernando Pereira, o qual adiantou, que não estavam nesta Assembleia para dificultar a vida a ninguém, mas em virtude de há longos anos fazer parte da Assembleia Municipal, e ter desempenhado o lugar de Secretário, tem conhecimento dos trâmites legais e consta sempre na ordem de trabalhos da mesma “discussão e votação”; assim, se constasse “aprovação” também teria de constar “rejeição”. Concluindo assim, que a proposta apresentada é só por uma questão de coerência. -----

----- Em seguida procedeu-se à votação da proposta apresentada, com a seguinte votação: quatro abstenções do P.S.D., dois votos a favor do P.S.D., quatro votos a favor do P.S., dois votos a favor do B.E. e um voto a favor da C.D.U., tendo sido aprovada por maioria. -----

----- Foi apresentada à mesa pelo membro da bancada da C.D.U, uma “Moção”, a qual depois de admitida, foi lida, transcrita e colocada à aprovação. -----

“MOÇÃO” SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2006 -----

Considerando que: -----

A proposta de Orçamento do Estado para 2006 aprofunda gravemente a política de estrangulamento financeiro do Poder Local a pretexto do Pacote de Estabilidade e constitui um atentado ao Poder Local democrático, conquistado e construído após o 25 de Abril de 1974; -----

O Governo pura e simplesmente não cumpre Lei das Finanças Locais mantendo os fundos municipais ao nível de 2005 e prevendo um saco azul de € 200 000 000 (duzentos milhões de euros), para distribuir discricionariamente em benfeitorias inaceitáveis; -----

O Governo introduz na proposta de Orçamento de Estado normas de tutela sobre as Autarquias Locais que constituem grave atentado à autonomia do Poder Local e, logo, à Constituição da República Portuguesa; -----

Permanecem as restrições ao recurso ao crédito para investimento apesar de, segundo os dados do Banco de Portugal, as Autarquias Locais em 2003 ficarem abaixo dos limites de endividamento previstos e em 2004 e 2005, terem contribuído para a diminuição do défice público prevendo esta proposta de Orçamento para 2006, um aumento do seu endividamento líquido até 12,6 milhões de euros (artº82º e 83º) do Orçamento de Estado; -----

A tendência do Governo para transformar as autarquias em serviços autónomos sob a sua direcção se revela também nesta proposta de Orçamento de Estado através de normas inaceitáveis de tutela sobre as Autarquias Locais, designadamente a suspensão de destacamentos, requisições e transferências de pessoal (artº11º) e a previsão de aumento zero nas despesas de pessoal o que ligado ao aumento dos salários e dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social, levariam, a serem cumpridos, ao despedimento de pessoal e à integração em quadros excedentes que voltam a criar; -----

Essa tendência se revela também pelo pedido de autorização legislativa, inaceitável do ponto de vista jurídico, para “criar um regime geral das taxas municipais e das freguesia visando alargar a sustentabilidade financeira das Autarquias...; -----

Não são propostas medidas que estabeleçam a preferência em favor das autarquias nos processos de venda do património público imobiliário (delapidação, pode dizer-se – de que foi exemplo a Quinta da Falagueira, terreno do Estado vendido, para urbanizar, em hasta publica a preço irrisório, sem que a Câmara da Amadora pudesse intervir); -----

Se mantém o cenário de degradação do poder de compra e demais condições de trabalho dos trabalhadores da função pública, em que se incluem os trabalhadores das autarquias, factor principal de desmotivação, fuga de recursos qualificados e dificuldades no seu recrutamento; -----

Prossegue a retracção do investimento do Estado, particularmente em infraestruturas e equipamentos sociais, de saúde e ensino e, em geral, mantêm-se e agrava-se o cenário negro para a economia e os portugueses em geral, com reflexos brutais nas populações cujos interesses nos cabe defender, no tecido social e na actividade económica local.

A ASSEMBLEIA FREGUESIA DE Nª SENHORA DE FÁTIMA, reunida em 20 de Dezembro de 2005, delibera: -----

1º - Exigir o integral cumprimento da Lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da República para que faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas e inscrever para os municípios e freguesias; -----

2º - Proclamar o seu firme propósito de defender a autonomia do Poder Local consagrada na Constituição da República, reclamando das Associações Nacionais dos Municípios e das Freguesias posições firmes e combativas contra as propostas do Orçamento de Estado 2006 susceptíveis de a enfraquecer; -----

3º -Protestar contra o novo patamar de degradação das condições de trabalho dos trabalhos da autarquia imposto por este orçamento, solidarizando-se com a sua luta;

4º -Reclamar a retoma do investimento público, em especial na saúde, acção social e educação a um nível que responda efectivamente às necessidades da economia local e às carências da população; -----

5º - Remeter-se a presente moção aos órgãos de soberania, à ANMP e à ANAFRE e divulgá-la junto da população. -----

Entroncamento, 20 Dezembro de 2005 – Manuel Nazaré Luís – Nazaré Luís – Membro da Assembleia de Freguesia Nossa Senhora de Fátima. -----

----- O Presidente deu a palavra à bancada do P.S., na pessoa do Sr. Henrique da Cunha Pereira, o qual achou que a “Moção” era demasiado política, fugindo muito do âmbito das funções desta Assembleia, motivo esse, que o leva a abster-se. -----

----- De imediato a Dr.ª Fátima Búzio elemento do B.E., afirmou, que a referida “Moção” era longa, mas concordava com esta manifestação de desacordo ao Orçamento do Estado. -----

----- Quanto aos elementos da bancada do P.S. D., nada tinham a acrescentar. -----

----- Posta à votação a referida “Moção”, a mesma foi aprovada por maioria, com quatro abstenções do P.S., seis votos a favor do P.S.D., dois votos a favor do B.E. e um voto a favor da C.D.U. -----

----- Em seguida o Partido Socialista apresentou um requerimento à mesa, que passou a ser lido pelo membro deste partido na pessoa do Sr. Matos Lopes -----

REQUERIMENTO – Os elementos do Partido Socialista com assento nesta Assembleia de Freguesia, para um melhor desempenho das suas funções, requerem à Mesa, as diligências necessárias para que lhes sejam facultadas fotocópias das actas da Junta de Freguesia, até ao final do presente mandato. -----

Entroncamento, 20/12/2006 – Os elementos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de N.ª. Senhora de Fátima. -----

Henrique da Cunha -----

José Fernando C. Farinha Pereira -----

Fernando Matos Lopes -----

Daniel Ferreira Gaspar -----
 ----- O requerimento foi aceite pelos presentes, remetendo o Presidente da Assembleia a decisão para o Presidente da Junta de Freguesia, o qual se comprometeu a ter disponíveis fotocópias das actas do executivo e que os mesmos se deveriam dirigir a estes serviços, afim de as poder levantar. -----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

A ordem de trabalhos da presente sessão foi estabelecida como se segue e consta da convocatória e edital arquivados nos respectivos serviços. -----

1º Ponto – Aprovação do Regimento-----

----- O Presidente da Assembleia começa por pedir aos elementos dos partidos que foram requisitados, para se reunirem afim de procederem às alterações ao Regimento, que se pronunciem de modo a dar conhecimento aos restantes membros da Assembleia, do resultado desse trabalho. -----

----- Em virtude de nenhum dos elementos que foram nomeados, se encontrarem munidos das alterações solicitadas, o elemento do Partido Socialista na pessoa do Sr. Henrique Cunha, o qual alvitrou que se procedesse às referidas alterações, e de imediato fossem lidas e aprovadas. -

----- Em seguida outro dos elementos do Partido Socialista o Sr. José Fernando da Cunha Pereira, sugeriu que se passasse ao segundo ponto da ordem de trabalhos, e posteriormente se retomaria este assunto. -----

----- O Presidente acedeu à proposta apresentada. -----

2º Ponto – Discussão e Aprovação da Proposta de Orçamento para 2006-----

----- O Presidente deu a palavra ao porta voz do Partido Socialista na pessoa do Sr. Henrique Pereira da Cunha, o qual começa por dizer que a proposta de Orçamento, estava bastante acessível, compreendia-se, mas se tivessem sido intervenientes na sua elaboração possivelmente teriam outras opções, mas isso não estava em questão. Beneficiariam provavelmente o aspecto social, contudo compreenderam que a Freguesia estava em fase de instalação e não possuía os meios necessários para o seu bom funcionamento, assim sendo davam o benefício da dúvida. Acrescentou ainda, que se os moldes do referido Orçamento, se mantivessem nos próximos anos, esta Junta de Freguesia, se limitaria apenas à passagem de atestados, certidões e pouco mais, o que contraria por completo o espírito que levou os munícipes a votarem numa nova Freguesia. Sobre a atribuição de verbas, não iriam entrar em discussão, em virtude de este ano ser uma situação extraordinária, havia no entanto alguns reparos que queria fazer após uma leitura mais atenta deste orçamento. Continuou ainda, acrescentando que a língua portuguesa, permitia ser interpretada de uma forma ou outra em função do orador e daquele que estivesse a ouvir, no entanto os números são números, não são falíveis e o que encontrámos aqui neste orçamento, salientando não saber se é inabilidade dele

ou não, havia coisas que contrariavam os números, isto é, havia valores apresentados na primeira folha que em folhas posteriores, não apresentavam o mesmo valor. Em seguida enumerou as páginas com as respectivas rubricas as quais achou que não estavam correctas. -----

----- Outro membro do Partido Socialista, na pessoa do Sr. Daniel Gaspar, o qual detectou outras anomalias mencionando as respectivas páginas e rubricas. -----

----- Retomando a palavra o Sr. Henrique Cunha, acrescentou que o orçamento é isso mesmo, tem de ser um documento que bata todo certo e por isso mesmo entendiam que o mesmo não tinha condições para ser aprovado. -----

----- O Presidente deu a palavra ao B.E., na sua porta voz a Dr. Fátima Búzio, a qual iniciou a sua intervenção, mencionando a sua concordância com o que foi dito pelos elementos da bancada do Partido Socialista, pedindo em seguida alguns esclarecimentos sobre outras rubricas menos compreensíveis para este partido, nomeadamente sobre os órgãos da autarquia, despesas correntes, e cultura e recreio. Pediu ainda esclarecimento sobre quais eram as instituições sem fins lucrativos e que se encontravam mencionadas neste orçamento. -----

----- O Presidente deu de imediato a palavra ao porta voz da C.D.U., o qual começou por concordar com o que tinha sido dito anteriormente, pedindo apenas esclarecimento sobre as festividades da autarquia, se só participava a Junta de Freguesia ou se também a Câmara. Acrescentou ainda que as verbas destinadas às instituições, só deviam ser atribuídas, com um plano de actividades. -----

----- Em seguida o Presidente deu a palavra ao porta voz do P.S.D., na pessoa do Sr. Carlos Costa, o qual começou por dizer que os valores que divergiam no orçamento, deviam ser corrigidos, em virtude de ter havido um lapso na análise, acrescentando ainda que em relação aos pontos as despesas estavam bem explícitas, sendo apenas uma questão de rectificação de valores, para que este documento possa ser votado e posteriormente passar ou não. -----

----- O elemento do P.S. na pessoa do Sr. Henrique Cunha, pediu a palavra, iniciando por dizer que a intenção do seu partido, não é de maneira nenhuma a de inviabilizar o orçamento, pois é um documento que faz falta para o bom funcionamento desta Junta considerou no entanto que o mesmo deveria ser corrigido nos valores mencionados, porque um orçamento de facto tem de ser um orçamento acabado e os valores baterem certos e, então sim, numa outra assembleia poder ser votado. -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, o qual informou que já tinha entrado em contacto com o técnico da contabilidade e o mesmo iria enviar via e-mail o documento devidamente rectificado para ser distribuído aos elementos da Assembleia. -----

----- Durante o espaço de espera da chegada do novo documento devidamente rectificado, o Presidente dentro do possível foi esclarecendo os diversos elementos dos partidos nas dúvidas atrás descritas. -----

----- Após a chegada do e-mail, o qual foi fotocopiado e entregue aos elementos de todos os partidos, o membro da bancada do P.S. Sr. Henrique Cunha, chamou a atenção da mesa e do Presidente da Junta de Freguesia, que depois das correcções efectuadas, o documento deveria ser aprovado novamente pelo Executivo da Junta de Freguesia e só depois enviado para a apreciação e votação pela Assembleia de Freguesia e assim se proceder aos trâmites legais. ----

----- O Presidente deu a palavra à porta voz do B.E., a qual concordou com o que tinha sido dito pela bancada do P.S. -----

----- Em seguida, deu a palavra ao porta voz do P.S.D., Sr. João Oliveira, o qual concordou com os restantes membros. -----

----- Por fim, o Presidente deu a palavra ao elemento da C.D.U, Sr. Nazaré Luís, o qual disse que após as rectificações dever-se-ia passar à votação. -----

----- Em seguida, pediu ainda a palavra um elemento do P.S., na pessoa do Sr. Daniel Gaspar, o qual fez ainda algumas alusões, quanto às rubricas do orçamento. -----

----- De imediato, outro elemento do P.S. na pessoa do Sr. José Fernando Pereira começa por propor que se adiasse a votação para “limpar os erros”, rectificar o documento e o Presidente da mesa deve colocar à votação a concordância ou não do adiamento desta votação. -

----- O Presidente tomou a palavra, concordando com a proposta do elemento do P.S., colocando de imediato à votação a concordância ou não do adiamento desta votação. -----

----- O elemento do P.S., Sr. Henrique Cunha, propôs ainda que se juntasse ao adiamento da votação do Orçamento, a votação e aprovação do Regimento. -----

----- De imediato, passou-se à respectiva votação, a qual foi aprovada por unanimidade. ----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia marcou de imediato uma reunião Extraordinária, para o dia vinte e oito de Dezembro de dois mil e cinco, pelas vinte e uma horas, a qual teve a concordância de todos os elementos dos partidos presentes. -----

3º Ponto – Discussão e Aprovação das Opções do Plano -----

----- O Presidente da Mesa comentou que em virtude deste documento ser paralelo ao Orçamento e fazer parte integrante do mesmo, poder-se-ia passar de imediato à votação. -----

----- Assim sendo, o Presidente pôs o documento à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

4º Ponto – Discussão e Votação de Taxas de Atestados e Confirmações. -----

----- O Presidente começou por dar a palavra ao P.S., o qual nada tinha a dizer sobre esta proposta. -----

----- Em seguida o Presidente deu a palavra ao elemento do B.E., na pessoa do Sr. Virgílio Rafael, o qual adiantou que não concordavam com o aumento, pois a percentagem era muito alta e isto quer dizer que a Junta também estava a contribuir para a inflação, pois nos atestados havia um aumento de 9,4% e nas confirmações havia um aumento de 13.64%, o que iria dar em média 11.52%, achando que era uma percentagem muito alta, por tal motivo, propõem 3.3%, o que dava um aumento de 3.5%, concluindo que não concordavam com esses aumentos. -----

----- O Presidente deu de imediato a palavra ao elemento da C.D.U, o qual também não concordou, pelo mesmo motivo atrás mencionado, propondo que os atestados passassem para 3,40€ o que seria um aumento de 6,25% e as confirmações, para 2,35€ o que seria um aumento de 6,8€ Acrescentou ainda que os valores não eram muito elevados, a percentagem de aumento é que era muito elevada. -----

----- O Presidente deu em seguida a palavra ao P.S.D., o qual nada tinha a declarar. -----

----- Em seguida pediu a palavra um elemento do P.S., Sr. Matos Lopes, o qual disse, se se falasse em leis por uma coisa, também se devia falar por outra, assim sendo, e não tendo a certeza, a Assembleia, não tinha poderes para alterar valores aprovados pelo Executivo, podendo só “aprovar ou reprovar”, a única coisa que podia fazer era sugerir. -----

----- O Presidente da Assembleia, pôs de imediato à votação o quarto ponto da ordem de trabalhos, a qual foi aprovada, por maioria, com dois votos contra do B.E., uma abstenção da C.D.U, quatro abstenções do P.S. e seis votos a favor do P.S.D. -----

5º Ponto - Discussão e Aprovação de Adesão à Associação Nacional de Freguesia.-----

----- O Presidente deu a palavra ao P.S., o qual concordou com a referida adesão. -----

----- Em seguida, o Presidente deu a palavra ao B. E. o qual acrescentou que esta adesão só traria vantagens. -----

----- O Presidente deu de imediato a palavra ao elemento da C.D.U., o qual concordou também com a adesão à ANAFRE. -----

----- De imediato, o Presidente deu a palavra à bancada do P.S.D., a qual concordaram plenamente. -----

----- Posta à votação o documento de adesão à Associação Nacional de Freguesia, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

6º Ponto – Informação do Presidente da Junta de Freguesia.-----

----- O Presidente deu a palavra ao porta voz do B . E. , na pessoa da Dr.ª Fátima Búzio, a qual achou que a referida informação era muito geral, agradecendo que nas próximas informações, fosse um pouco mais específico. -----

----- Tomou a palavra o elemento da C.D.U., o qual disse que nada tinha a opor. -----

----- Quanto à bancada do P.S.D. E P.S., nada acrescentaram. -----

----- Nada mais havendo a tratar o Presidente deu por encerrada a sessão, eram vinte e três horas trinta minutos e para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e por mim Maria Palmira Beato Cardoso Garcia Domingues, Assistente Administrativa Principal, que a lavrei. -----
